

Credores esperam palavra do FMI

Sem o aval do Fundo, bancos privados não reescaloram dívida externa

O presidente do Banco de Exportação e de Importação dos Estados Unidos (Eximbank), William Draper III, esteve ontem com o ministro da Fazenda Dilson Funaro a quem deu um recado curto e claro: Os bancos privados não aceitam reescalar a dívida externa brasileira por 16 anos antes de um sinal verde do FMI. Por isso a importância de se chegar a um acordo com o Fundo antes do final deste ano.

"Pessoalmente acho muito difícil um acordo com os bancos antes de se chegar a um entendimento com o FMI. E importante se chegar a um acordo com o Fundo. Eu disse isso ao ministro — foi a resposta de Draper aos jornalistas que o aguardavam à saída do Ministério da Fazenda. Na sua entrevista de quarta-feira, logo que retornou de Washington, Funaro deu a entender que o Brasil poderia tentar a negociação do reescalonamento da dívida externa com os bancos antes mesmo do acordo com o FMI, porque "já provou que fez o necessário ajuste externo e está pagando o serviço da dívida religiosamente em dia".

Ontem, indagado se concordava com as palavras do ministro, Draper, alertado pelo em-

baixador dos Estados Unidos no Brasil, Diego Asencio, que o acompanhou na audiência com Funaro, esquivou-se de qualquer comentário. Apenas disse que há muitos pontos a se balançar nas concessões que o ministro pode fazer para chegar a um acordo com o Fundo e posteriormente com os bancos comerciais.

Draper reconheceu que o programa de ajustamento econômico a ser acertado pelo Brasil com o Fundo deve ser de longo prazo, abranger os três anos e meio do presidente José Sarney. "Simpatizo com os esforços do ministro. Reconheço que ele precisa de tempo para enfrentar todos os problemas que tem" — afirmou, acrescentando que um programa de ajustamento de curto prazo poderia trazer problemas imprevisíveis ao Brasil.

Segundo o presidente do Eximbank, o acordo com o FMI pode incluir as metas de crescimento econômico defendidas pelo Governo brasileiro e também as metas de política monetária e combate à inflação exigidas pelo FMI. Ele elogiou também o esforço do atual Governo de promover a diminuição da ingerência do Estado na economia.